

de 8 a 13/02/80.

O SÃO PAULO

Nº 1.248

A PÁSCOA DE ÂNGELO KRETAN

Estella Sampaio

Igreja da Consolação. Dia 4 de fevereiro de 1980. São dezenove horas e trinta. Vai começar a Celebração. Desta vez não é um operário metalúrgico que foi morto. É um índio kaingang: aqui estamos para celebrar a Páscoa de ANGELO KRETAN, o cacique morto no Paraná no dia 29 de janeiro.

A Igreja não está repleta, somos apenas umas 80 pessoas. Não é o número o mais importante, mas o compromisso com a causa indígena, a comunhão com os irmãos oprimidos e despojados de suas terras.

Promovida pela Comunhão Pró-Índio, de São Paulo, assumida pela Arquidiocese de S. Paulo, a Missa é concelebrada por D. Benjamim de Souza, OSB, Pe. João Evangelista Dernstauder, SJ, Pe. Luigi Giuliani, vigário de Vila Remo e Pe. Tomás de Aquino Lisboa, SJ. Representam Dom Paulo Evaristo Arns, que não pôde comparecer por estar em Itaiçi, na Assembleia da CNBB.

Os kaingang e guarani do Paraná estão aqui representados por um grupo de índios guarani, de Vila Guarani, em Parelheiros, onde se acha reunido um grupo de 78 índios, vindos

do Paraná há 15 anos.

A Liturgia da Palavra se inicia por um texto que celebra a luta dos povos indígenas de Manguieirinha (PR): "A luta dos Kaingang e Guarani, liderados por Angelo Kretan" (texto integral abaixo).

O canto de abertura da "Missa da Terra-sem-Males" de repente enche aquela imensa Igreja com sua melodia estranha e pungente: "Em nome da Terra-sem-Males / perdida no lucro, / ganhada na dor, / Em nome da morte vencida / Em nome da vida, / Cantamos, Senhor!"

O Evangelho de S. João (11, 17-27) anunciou a ressurreição daqueles que — como Angelo — crêem no Senhor Jesus: "Eu sou a Ressurreição e a Vida, aquele que crê em Mim, terá a vida eterna".

D. Benjamim iniciou a homilia, passando a palavra ao cacique guarani de Parelheiros que disse: "Eu nasci em Manguieirinha. Cheio de pinheirinhos. O engenheiro entrou lá. Tomaram nossas terras. Estou em S. Paulo. Sou cacique. O índio, parece que não vai ficar na terra. Vão acabando. É o dono da terra. Mas parece que não vai mais ficar índio nenhum aqui

no Brasil. Estão acabando com o índio".

Pe. Tomás faz seu depoimento de missionário, vivendo há 4 anos entre os índios myky, no Mato Grosso do Norte. Seu nome indígena é Yauka. Afirmou ele: "Só agora despertamos para a situação real do índio brasileiro. Quase que já é tarde demais. Dos 5 a 6 milhões de índios existentes no Brasil em 1500, agora só restam uns 200 mil. Será que não se pode dar um lugar ao sol a eles, a esses 200 mil? Eles têm uma forma de vida mais verdadeira e mais cristã que a nossa. A Igreja reconhece que, por muito tempo, seus missionários ficaram ao lado do colonizador. Daquele que oprimia o índio. Agora, em Itaiçi, os bispos estão enfrentando o grave problema da terra. É preciso que os índios e todos os brasileiros tenham um chão que lhes dê a segurança de sobrevivência. Angelo Kretan não morreu em vão. Um dia todos esses povos ressuscitarão".

Pe. João Evangelista, missionário jesuíta há 35 anos, trabalhando no Mato Grosso do Norte, falou também da situação dos índios, sujeitos à opressão e à morte. "Estar ao lado deles".

eis a sua opção de vida. Os kayabi chamam-no pelo nome indígena de Marú.

Nas Preces dos Fieis, rezamos para que se faça a justiça aos índios, que seja respeitada sua forma de vida e seu direito à posse da terra. Que Deus conceda luz e inteligência aos missionários para que conheçam profundamente a alma religiosa do índio. E que todos os marginalizados desse País defendam os índios em sua luta secular, eles, os mais marginalizados de todos, a quem negam hoje a própria sobrevivência.

Vai prosseguindo a Celebração: Eucarística, acompanhada pelos cantos inspirados da Missa composta por D. Pedro Casaldáliga.

E o canto final encerra com uma nota de esperança esta Celebração da Páscoa de ANGELO KRETAN, o cacique kaingang que morreu em plena luta e cuja ressurreição no Senhor já começou — para ele, na plenitude da fé e — para seus irmãos indígenas, na consciência da hora de luta para reconquista de suas terras e seus direitos: "América ameríndia / Ainda na Paixão / Um dia tua morte / terá Ressurreição".



Foto de Nair Benedito/Agência F4

Entidades se manifestam contra omissão oficial

A Comissão Pró-Índio de São Paulo vem a público manifestar sua solidariedade ao povo Kaingang pela morte violenta de seu líder Angelo Kretan e seu protesto pela omissão do Estado na defesa dos direitos dos povos indígenas.

Em um mês ocorreram impunemente dois assassinatos de líderes indígenas cuja atuação estava ligada diretamente à defesa da terra. As mortes de Angelo Kretan e de Angelo Xavier, dos Pankararé da Bahia, dois grandes líderes para seus respectivos povos, parecem demonstrar, mais uma vez que para certos setores da sociedade nacional "índio bom é índio morto".

Esta idéia tem se concretizado em formas variadas: desde a eliminação física pura e simples até a morte da cultura e da identidade indígena tal como pregada recentemente pelo Brigadeiro Protásio Leal de Oliveira, da FAB de Belém, 2.º COMAR, para quem a política oficial deve visar uma integração radical dos índios para que se tornem "brasileiros convictos".

Diante deste quadro, cabe denunciar a falta de capacidade da atual presidência da FUNAI em definir e executar uma política indigenista de acordo com as reivindicações dos próprios índios e também dos setores significativos da sociedade civil.

(Comissão Pró-Índio SP, São Paulo 30 de Janeiro de 1980)

A LUTA É DE TODOS NÓS

Amigos, em 12 de maio de 1949, um acordo inconstitucional celebrado entre o governo Estadual de Moisés Lupian e o Governo Federal através do Ministério da Agricultura ao qual estava subordinado o Serviço de Proteção ao Índio, reduziu seis áreas indígenas do Paraná em mais de 150 mil ha, confinando os índios a menos de 1/3 da área original.

Em Manguieirinha, os índios Kaingang e Guarani foram expropriados em 8.976 ha, violando-se assim o seu legítimo direito de posse da terra, garantido pela Constituição de 1946 — art. 2 § 6. Imediatamente ao acordo a área expropriada foi transferida para o Grupo Econômico FORTÉ-KHURY que, em 1961, a vendeu a F. SLAVIERO & FILHOS Indústria e Comércio de Madeiras.

Em 1963, quando da ocupação, o Grupo SLAVIERO expulsou violentamente os índios da área onde habitavam desde tempos imemoriais, chegando a queimar-lhes as casas, destruir as plantações e matar os animais domésticos.

Dez anos mais tarde, os Kaingang, através da FUNAI, entraram na Justiça reivindicando a área em mãos dos SLAVIERO. Os índios saíram vencedores no julgamento de primeira instância. Porém, em setembro p.p., o juiz Lício Bley Vieira, da segunda Vara da Justiça Federal, em Curitiba, deu ganho de causa à firma SLAVIERO & FILHOS.

A área grilada representa a maior reserva do Pinheiro Araucária ainda existente no Paraná. Os índios Kaingang e Guarani não medem sacrifício no sentido de reconquistar tal área, pois ela não apenas representa um incalculável potencial ecológico a ser preservado mas é sobretudo, significa a garantia de sobrevivência destes dois povos secularmente massacrados e espoliados.

Hoje. Após trinta anos de luta, os Kaingang e Guarani estão prestes a invadir a área, preferindo morrer ao ver a sua terra tomada e seus pinheiros destruídos. Chegou a hora de dar as mãos àqueles que foram os primeiros donos da terra, na qual viveram durante séculos sem destruí-la ou devastá-la. A luta do novo Kaingang e Guarani é uma luta de todos nós.

(Nota divulgada pela Associação Nacional de Apaiá ao Índio-PR)



Foto de Vincent Carelli

Quem era na verdade esse líder

O cacique Angelo Kretan, líder dos kainganges e guaranis, da reserva de Manguieirinha, no Sudoeste do Paraná, morreu depois de oito dias internado num hospital de Curitiba, vítima de embolia cerebral. Na noite de 22 de janeiro, o cacique e três soldados da PM foram vítimas de um acidente, quando uma jamanta, ao desviar de um Volks deixado abandonado na estrada, colidiu frontalmente com o carro que ocupavam.

Não foi à-toa que o índio de 38 anos foi visado: no dia 23 de dezembro passado, mais de mil pessoas, entre as quais operários da construção civil, lotaram o auditório da Igreja de Guadalupe, em Curitiba, num ato público em que denunciaram o genocídio e o etnocídio cometido contra os povos indígenas do sul do Brasil, e mais particularmente, contra os kaingang e guarani do posto indígena de Manguieirinha, ameaçados pela decisão do juiz Lício Bley Vieira, que en-

tregou recentemente, por vias legais, terras indígenas à firma Slaviero & Filhos.

A Funai recorreu da decisão judicial ao Tribunal Federal de Recursos. O Cimi-Sul, junto com mais 22 entidades, decidiu realizar o ato público, iniciando uma campanha em favor da criação de um parque indígena em Manguieirinha. Os responsáveis pelo genocídio serão levados a julgamento pelo Tribunal do Índio/Projeto Indígena/Tribunal Russel, cuja peça de acusação já está pronta.

A figura central do ato público foi Angelo Kretan, que serena mas seguramente ameaçava ocupar as terras que lhes foram roubadas pelo grupo Slaviero. Sem falar em prazo ou data, o líder kaingang optou pelo termo "ocupação", e não invasão das terras. "Não tem sentido falar em invasão de uma área que sempre pertenceu aos índios e da qual lhes foram expulsos. Vamos simplesmente ocupá-la novamente", disse ele.

A nota dos antropólogos

Quando a administração pública hesita na defesa ou no restabelecimento de direitos ameaçados ou feridos, prontamente se vê a extensão e a intensificação dos abusos. Isto é o que se observa no momento em relação aos índios brasileiros. Após rumores de que o trato das questões indígenas seria descentralizado, passando ao âmbito estadual claro indicio da ausência de interesse Federal em promover uma ação tutelar efetiva — foram assassinados, no curto espaço de um mês, dois importantes líderes indígenas: Angelo Pereira Xavier, chefe Pankararé na

Bahia e agora Cretá, chefe dos Kaingang de Manguieirinha, no Paraná. Estes crimes vergonhosos foram cometidos exatamente contra aqueles líderes que mais se destacaram na defesa de suas comunidades e de suas terras, isto é, de direitos que lhes são assegurados pela Constituição Brasileira e bem especificados em lei.

Se os três Poderes da Nação não atuarem com a prontidão e a firmeza que devem ser inerentes à responsabilidade que têm pelo bem estar social, logo estaremos vendo a multiplicação de agressões deste tipo. A impunidade dos responsáveis pela criminosa provocação de "acidentes" que eliminam a vida de líderes indígenas (os quais inutilmente, haviam solicitado proteção às autoridades, por saberem-se ameaçados e perseguidos) seguramente incentivará outras ações semelhantes e alastrará os conflitos violentos, cujo resultado só pode ser a aniquilação moral e física dos grupos tribais no Brasil.

Os antropólogos brasileiros exigem das autoridades competentes uma investigação rigorosa e a punição dos responsáveis.

3 de fevereiro de 1980.
(Yonne de Freitas Leite — Secretária-geral da Associação Brasileira de Antropologia; Antonio Augusto Arantes Neto — Presidente da A. B. A. — Regional, São Paulo)

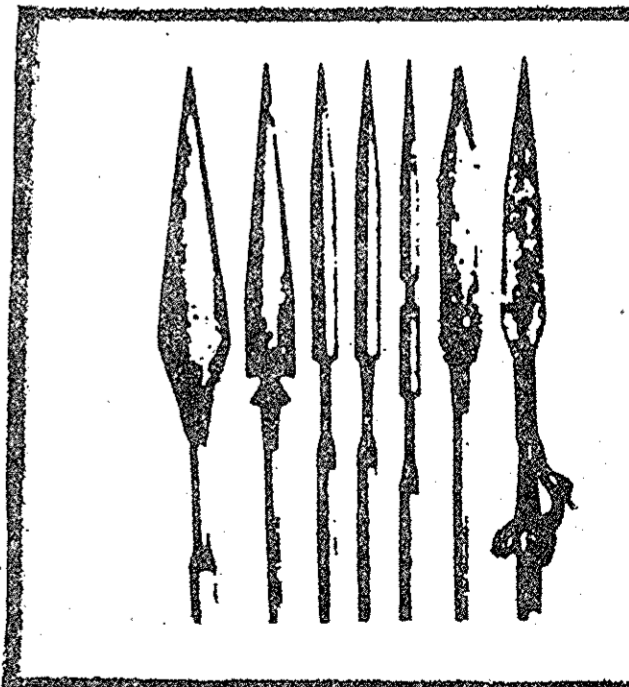
Quem tem medo da terra?

Como muito bem observou nossa repórter Estella Sampaio, desta vez nós não oramos pela alma de um operário cristão assassinado pela polícia. Desta vez fomos à Igreja da Consolação para celebrar a memória de outro irmão, um irmão que vivia no campo. Um irmão que chegou aqui no Brasil antes de nós, que nos julgamos os donos das terras. Se quem chega primeiro, tem privilégio, quem, afinal, terá mais direito à terra do que os nossos irmãos indígenas?

No entanto, a realidade mostra-se bem diferente e cruel sob todos os aspectos. Os Kaingang e os Guarani ameaçam recuperar suas terras na marra e reivindicam a criação de uma reserva, porque "nossa terra é nossa vida, razão para viver e causa suficiente para morrer".

Foi para dar continuidade à vida de nossos irmãos índios que o grande líder Angelo Kretan morreu. Foi por esse mesmo motivo que viveu, que disputou as etapas de uma eleição na sua cidade, e chegou a ser vereador.

Os usurpadores das terras indígenas dos kam-



gang e guarani de Manguieirinha, que tiveram recentemente o roubo legalizado por decisão judicial (ver matéria a lado), serão levados às barras do Tribunal do Índio/Projeto Indígena/Russel Tribunal, acusados de genocídio. A acusação, conforme noticiou o excelente jornal **Parantim**, será feita por Wilmar da Rocha D'Angelis, coordenador do Cimi-Sul. Esta entidade indicou como testemunha o padre Egydio Schwade, ex-secretário nacional do

Cimi, pelo conhecimento que tem da questão indígena no Brasil, além do padre Natalício José Weschenfelder, que por haver denunciado o caso de Manguieirinha já foi até ameaçado de morte. Está vindo como é aqui no Brasil? Basta a gente denunciar que logo é ameaçado, estouram bombas, voam granadas, helicópteros, e tudo. E ainda falam em uma abertura política. Só rindo mesmo, já que não há outro jeito de encarar a situação (RC).